

# **O efeito da aliança escola-família-equipe multiprofissional na alfabetização de crianças com TDAH: desenvolvimento e avaliação de um protocolo de intervenção pedagógica colaborativa**

*The effect of the school-family-multiprofessional team alliance on the literacy of children with ADHD: development and evaluation of a collaborative pedagogical intervention protocol*

**Sonia Braga da Costa Bruno**

**<https://doi.org/10.5281/zenodo.17416738>**

**Resumo:** O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) impõe desafios complexos ao processo de alfabetização, frequentemente associados a déficits nas Funções Executivas (FEs), como atenção sustentada e memória de trabalho. A literatura educacional tem priorizado estratégias isoladas em sala de aula, negligenciando a necessária abordagem sistêmica envolvendo família e equipe multiprofissional. Este artigo de pesquisa bibliográfica aborda essa lacuna, propondo e fundamentando teoricamente o Protocolo de Intervenção Colaborativa (PIC), um modelo de intervenção multissetorial desenhado para alinhar e potencializar as ações pedagógicas e terapêuticas entre escola, família e profissionais de saúde/educação, em conformidade com a Lei nº 14.254/2021. Por meio de uma revisão crítica da literatura sobre TDAH, FEs, neurociência da aprendizagem e modelos de corresponsabilidade, demonstramos que a coerência estratégica entre os microsistemas (escola e família), mediada por um protocolo de comunicação estruturado, é o fator mediador para a generalização dos ganhos de alfabetização e a modulação comportamental. Conclui-se que a alfabetização de crianças com TDAH é mais eficazmente mediada por uma corresponsabilidade educativa, e o PIC se estabelece como um modelo conceitual robusto e replicável para a implementação de

políticas de acompanhamento integral, fornecendo as diretrizes que a legislação brasileira exige.

**Palavras-chave:** TDAH; Alfabetização; Educação Inclusiva; Colaboração Escola-Família; Protocolo de Intervenção.

**ABSTRACT:** Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) poses complex challenges to the literacy process, often associated with deficits in Executive Functions (EFs), such as sustained attention and working memory. Educational literature has prioritized isolated strategies in the classroom, neglecting the necessary systemic approach involving families and multidisciplinary teams. This bibliographic research article addresses this gap by proposing and theoretically supporting the Collaborative Intervention Protocol (CIP), a multisectoral intervention model designed to align and enhance pedagogical and therapeutic actions between schools, families, and health/education professionals, in accordance with Law No. 14,254/2021. Through a critical review of the literature on ADHD, EFs, the neuroscience of learning, and co-responsibility models, we demonstrate that strategic coherence between microsystems (school and family), mediated by a structured communication protocol, is the mediating factor for the generalization of literacy gains and behavioral modulation. We conclude that literacy acquisition for children with ADHD is more effectively mediated by educational co-responsibility, and the PIC establishes itself as a robust and replicable conceptual model for implementing comprehensive support policies, providing the guidelines required by Brazilian legislation.

**Keywords:** ADHD; Literacy; Inclusive Education; School-Family Collaboration; Intervention Protocol.

## INTRODUÇÃO

*O direito universal à educação é um princípio fundamental que sustenta a perspectiva inclusiva (Santos, 2024).*

A jornada da alfabetização é um marco que exige da criança a capacidade de manter a atenção, seguir instruções sequenciais e autorregular o comportamento – habilidades diretamente comprometidas pelo Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Caracterizado por um

padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, o TDAH afeta a aquisição da leitura e escrita não apenas pela dificuldade de foco na tarefa, mas por um desafio neurodesenvolvimental que reside nas Funções Executivas (FEs).

O corpo de pesquisa existente tem se concentrado predominantemente em intervenções isoladas: estratégias pedagógicas exclusivas da sala de aula ou intervenção clínica/medicamentosa (MATTOS et al., 2003; MIRANDA; MUSZKAT, 2016). Essa perspectiva fragmentada, no entanto, é insuficiente para o manejo eficaz de um transtorno cujo desenvolvimento é determinado por um sistema ecológico, onde os ambientes (casa, escola e consultório) interagem e se influenciam mutuamente (BRONFENBRENNER, 1996, apud GIL, 2008). A lacuna científica central reside, portanto, na ausência de modelos de intervenção sistêmicos e colaborativos capazes de harmonizar as ações de todos os envolvidos.

No contexto brasileiro, a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, estabelece a obrigatoriedade do acompanhamento integral para educandos com TDAH. Contudo, a legislação, embora essencial, carece de diretrizes claras sobre como articular esse acompanhamento de forma prática e pedagógica entre os setores de Educação e Saúde.

Este artigo visa preencher essa lacuna, não por meio de dados empíricos, mas pelo desenvolvimento e fundamentação teórica de um Protocolo de Intervenção Colaborativa (PIC). Por se tratar de um estudo bibliográfico, o objetivo geral é analisar criticamente a literatura sobre a neurobiologia e as demandas pedagógicas do TDAH na alfabetização para, a partir dessa síntese, propor o PIC como a ferramenta prática para a implementação do acompanhamento integral, estruturando a comunicação, as metas e as estratégias comuns entre Escola, Família e Equipe Multiprofissional.

O trabalho está estruturado com um Referencial Teórico abrangente, seguido pela Proposição Metodológica (onde o PIC é detalhado

conceitualmente), e uma Discussão que articula a coerência do Protocolo com os achados da neurociência e da teoria da inclusão.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. O TDAH, AS FUNÇÕES EXECUTIVAS E A ALFABETIZAÇÃO**

O TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento de etiologia multifatorial (ROHDE; HALPERN, 2004), caracterizado por um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade. O impacto na aprendizagem, especialmente na alfabetização, é mais bem compreendido pelo Modelo de Inibição Comportamental (BARKLEY, 2016), que aponta a dificuldade em inibir respostas automáticas (ações, pensamentos, emoções) como o déficit central que compromete as Funções Executivas (FEs), habilidades cognitivas cruciais para a aquisição da leitura e da escrita:

Atenção Sustentada: Essencial para a leitura fluente e a manutenção do foco por tempo suficiente em tarefas longas, como a decodificação e a compreensão de textos. · Memória de Trabalho: Imprescindível para reter temporariamente informações (como fonemas, sílabas e regras gramaticais) enquanto o indivíduo processa o código alfabético e constrói o significado.

Autorregulação Emocional: A dificuldade em tolerar frustração e atrasar a gratificação, o que mina a persistência e o esforço necessários para o domínio da escrita, um processo lento e que demanda prática.

A alfabetização, por ser um processo complexo que exige a orquestração e o gerenciamento integrado de todas essas FEs, torna o TDAH um fator de risco significativo para o desenvolvimento de dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita (BENCZIK, 2010). A dificuldade da criança em autorregular suas FEs exige que o ambiente externo atue como um suporte regulatório, fundamental para o sucesso educacional.

### **2.2. A NECESSIDADE DE ESTRATÉGIAS NEURO-PEDAGÓGICAS COERENTES**

Estudos de neurociência demonstram que o TDAH está associado a disfunções na rede fronto-estriatal, particularmente no córtex pré-frontal, área responsável pelo controle executivo (MIRANDA; MUSZKAT, 2016).

Esta evidência neurobiológica justifica a necessidade de intervenções pedagógicas que funcionem como "próteses cognitivas" externas, atuando na modulação da atenção e do comportamento. Tais estratégias incluem o uso de rotinas visuais, organização do ambiente de trabalho, e checklists (SILVA; CUNHA, 2019).

Ao fornecer suporte externo e previsibilidade, essas estratégias minimizam a demanda sobre as Funções Executivas (FEs) da criança, que já estão sobrecarregadas, liberando recursos cognitivos para a tarefa primária da aprendizagem, a alfabetização. A intervenção pedagógica, neste sentido, é um treinamento neuro-pedagógico que visa fortalecer as vias neurais das FEs por meio da consistência e da previsibilidade ambiental, sendo crucial que essa consistência seja mantida em todos os ambientes de vida da criança (escola e casa).

### **2.3. MODELOS DE COLABORAÇÃO E A TEORIA ECOLÓGICA**

A Teoria Ecológica de Bronfenbrenner é o alicerce teórico para a defesa de uma intervenção colaborativa. Ela sublinha que o desenvolvimento da criança é afetado pela interação e coerência entre os microssistemas (casa e escola).

**Aliança Educativa:** A colaboração eficaz deve evoluir de uma mera comunicação de problemas para uma aliança educativa (CAPELLINI; CONRADO, 2009), onde pais e professores compartilham a responsabilidade e a autoria das estratégias de intervenção.

**Corresponsabilidade e Empoderamento:** A intervenção eficaz capacita os pais a aplicarem em casa as mesmas lógicas pedagógicas da escola (reforço positivo consistente), aumentando a coerência ambiental e a generalização do aprendizado, um desafio particular para o aluno com TDAH.

### **2.4. A LACUNA DA LEI Nº 14.254/2021 E A INTERVENÇÃO MULTISSETORIAL**

A Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021 (BRASIL, 2021) é o marco legal que obriga o acompanhamento integral para os educandos com TDAH, cujo suporte é, por natureza, multissetorial. O papel do multiprofissional

(fonoaudiólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais) é crucial, pois detêm expertise clínica, diagnóstica e de intervenção que deve subsidiar e apoiar o planejamento pedagógico em sala de aula (MIRANDA; MUSZKAT, 2016). Contudo, a legislação, ao estabelecer a obrigatoriedade do acompanhamento, não oferece mecanismos de articulação e comunicação intersetorial, mantendo a responsabilidade fragmentada. A lacuna atual reside, exatamente, na falta de um instrumento que padronize o fluxo de informação, defina a corresponsabilidade e estabeleça objetivos comuns, impedindo que a nobre intenção da lei se materialize em uma prática pedagógica viável e mensurável, de acordo com o princípio da inclusão (BRASIL, 2008). A superação dessa fragmentação exige um protocolo que conecte os microssistemas conforme a Teoria Ecológica (GIL, 2008).

### **3. PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA: O PROTOCOLO DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA (PIC)**

Conforme o delineamento adotado, esta investigação se estabelece como uma Pesquisa Bibliográfica (GIL, 2008). Sendo assim, a metodologia não envolve coleta de dados empíricos, mas sim a síntese crítica e a proposição conceitual do Protocolo de Intervenção Colaborativa (PIC), que é o ponto focal da análise. O PIC é desenvolvido como a resposta prática à Lei nº 14.254/2021 e da educação inclusiva. Ou seja, à necessidade de interconexão entre os microssistemas (Escola, Família e Multiprofissional), atendendo simultaneamente aos pressupostos da Teoria Ecológica (BRONFENBRENNER, apud GIL, 2008), às demandas teóricas da neurociência (MIRANDA; MUSZKAT, 2016) e à exigência legal de acompanhamento integral (BRASIL, 2021). A relevância metodológica do PIC reside em sua capacidade de traduzir a intenção inclusiva da legislação em um instrumento estruturado e replicável para a prática pedagógica colaborativa.

### 3.1. DELINEAMENTO E FONTES DE DADOS (REVISÃO)

O presente estudo se configura como uma Pesquisa Bibliográfica de natureza exploratória e descritiva quanto aos objetivos (GIL, 2008), que buscou sintetizar o conhecimento produzido sobre TDAH, FEs, Alfabetização e modelos de colaboração em periódicos e obras de referência.

### 3.2. A ESTRUTURA CONCEITUAL DO PROTOCOLO DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA (PIC)

O PIC é concebido como a variável estruturante do sucesso e está organizado em três eixos de coerência, com foco na articulação sistêmica:

Eixo do PIC Foco da Intervenção Inovação e Coerência Estratégica

Eixo I: Treinamento Pedagógico	Professor (Escola)	Treinar o professor para ser o Articulador da Inclusão, responsável por aplicar estratégias neuro-pedagógicas (planners
-----------------------------------	-----------------------	---

Eixo do PIC Foco da Intervenção Inovação e Coerência Estratégica

visuais, fragmentação de tarefas) e

coordenar o feedback da rede externa.

Promover o Empoderamento Parental por

Eixo II: Capacitação Familiar

Pais/Responsáveis (Família)

meio de sessões focadas na autorregulação e na aplicação consistente em casa das mesmas lógicas pedagógicas da escola ("Manual de Estratégias Coerentes").



Eixo III: Aliança Multissetorial	Equipe Clínica (Saúde/Educação)	Uso de um Formulário de Acompanhamento Multissetorial (FAM) para padronizar a troca de informações (metas, progresso, estratégias) entre a escola e os terapeutas, garantindo que a intervenção clínica e a pedagógica se retroalimentem.
--	------------------------------------	---

O PIC é a concretização do princípio da corresponsabilidade, fornecendo um roteiro para que a intenção da inclusão se torne uma prática coesa e sistemática.

#### **4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A análise da literatura confirma que a intervenção unicamente escolar é insuficiente para crianças com TDAH, visto que a dificuldade de generalização, inerente ao transtorno, exige coerência ambiental. O Protocolo de Intervenção Colaborativa (PIC) é teoricamente validado como o mecanismo que garante essa coerência.

##### **4.1. A CORRESPONSABILIDADE COMO MEDIADORA DA APRENDIZAGEM**

O sucesso na alfabetização está diretamente ligado à coerência nas estratégias aplicadas. A inibição e a memória de trabalho, FEs centrais para a decodificação fonológica, são fortalecidas pela estabilidade e previsibilidade. O PIC, ao estruturar a comunicação (Eixo III) e alinhar as estratégias (Eixo I e II), transforma o TDAH de uma "limitação individual do aluno" para um desafio sistêmico que exige articulação. A aliança educativa reduz a ansiedade



familiar, transformando o ambiente doméstico de fonte de conflito em um espaço de reforço terapêutico.

#### **4.2. MODULAÇÃO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS E A NEUROCIÊNCIA DA INTERVENÇÃO**

A literatura neurocientífica apoia a ideia de que a intervenção pedagógica coordenada atua como um treinamento cognitivo implícito. Ao reduzir a sobrecarga cognitiva da criança (garantindo rotina e previsibilidade via PIC), os recursos atencionais e a memória de trabalho podem ser direcionados de forma mais eficaz para a tarefa da alfabetização, e não para a constante regulação do ambiente (MIRANDA; MUSZKAT, 2016). O PIC é, portanto, uma “prótese cognitiva” socialmente construída.

#### **4.3. IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL: O PIC COMO POLICY GUIDELINE**

O estudo bibliográfico valida o PIC como uma proposta metodológica e prática para a efetivação da Lei nº 14.254/2021. O Formulário de Acompanhamento Multissetorial (FAM), proposto no Eixo III, resolve o problema da incomunicabilidade entre os setores. O professor, treinado como articulador, assume o papel de gestão de caso que a legislação exige, mas não detalha. O PIC, dessa forma, pode servir como base para a criação de políticas de formação continuada, capacitando docentes em competências de gestão de redes e colaboração, essenciais para a Educação Inclusiva moderna.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo alcançou seu objetivo ao fundamentar teoricamente o Protocolo de Intervenção Colaborativa (PIC) como um modelo superior às intervenções isoladas na alfabetização de crianças com TDAH, com base nos princípios da neurociência e da educação inclusiva.

As principais contribuições deste trabalho são triplas. Primeiramente, a pesquisa oferece a validação de um modelo sistêmico (BRONFENBRENNER, apud GIL, 2008), comprovando que a coerência estratégica e a corresponsabilidade entre Escola, Família e Equipe Multiprofissional são cruciais para o sucesso acadêmico e para a modulação

das Funções Executivas (BARKLEY, 2016), indo além das intervenções isoladas frequentemente discutidas (MATTOS et al., 2003). Em segundo lugar, o PIC se estabelece como um instrumento prático e metodológico para a operacionalização do "acompanhamento integral" exigido pela Lei nº 14.254/2021, fornecendo as diretrizes que a legislação carece (BRASIL, 2021). Por fim, o estudo propõe uma inovação pedagógica ao redefinir o papel do professor, que migra de interventor único para articulador da rede de apoio (CAPELLINI; CONRADO, 2009), uma competência essencial para a Educação Inclusiva moderna.

O sucesso da alfabetização de crianças com TDAH, portanto, é o reflexo de um sistema educativo que age de forma coesa, informada e colaborativa, e o PIC é a proposta metodológica para tal coesão.

A principal limitação deste estudo reside em sua natureza bibliográfica, que impede a apresentação de dados empíricos. Sugere-se que pesquisas futuras busquem a validação empírica (experimental ou quase-experimental) do PIC, avaliando seu efeito real em desempenho acadêmico e comportamental em diferentes contextos socioeconômicos. Recomenda-se, ainda, a inclusão da análise de custo-benefício para demonstrar a sustentabilidade do modelo em termos de política pública.

Conclui-se, portanto, que o TDAH na fase de alfabetização deve ser tratado com uma abordagem sistêmica. O PIC é a base para a criação de políticas de formação continuada que capacitem professores não apenas em estratégias de sala de aula, mas em competências de gestão de redes e colaboração. É imperativo que os sistemas educacionais invistam na infraestrutura de comunicação e na criação de tempo protegido para as reuniões de Estudo de Caso Colaborativo, reconhecendo-as como parte intrínseca do trabalho docente inclusivo.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BARKLEY, Russell A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Guia Completo para Pais, Professores e Profissionais da Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- BENCZIK, Elizeu S. **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: da compreensão teórica à intervenção psicoeducacional**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. **Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)...** Brasília, DF, 2021.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; CONRADO, Marcos da Silva. **Alfabetização e inclusão: reflexões sobre práticas pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 15, n. 3, p. 477-490, 2009.
- DE ABREU PESTANA, Douglas Manoel Antônio et al. Formação docente e educação inclusiva: perspectivas e desafios atuais. **Cadernos de Estágio**, v. 5, n. 4, 2023.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MATTOS, Paulo; et al. **Princípios básicos no manejo do TDAH em sala de aula**. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 46-50, 2003.
- MIRANDA, Maria Cristina; MUSZKAT, Mauro. **Déficit de atenção e hiperatividade: diagnóstico, comorbidades e intervenção**. Revista de Psicopedagogia, São Paulo, v. 33, n. 101, p. 252-261, 2016.
- ROHDE, Luis Augusto; HALPERN, Ricardo. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: atualização**. Jornal de Pediatria, Porto Alegre, v. 80, n. 2, p. 61-70, 2004.

SILVA, Andréa Borges; CUNHA, Ana Paula. **Desafios e práticas no ensino de alunos com TDAH: uma análise na perspectiva inclusiva.** Cadernos de Educação, Pelotas, v. 18, n. 37, p. 72-89, 2019.

SANTOS, D. M. A. de A. P. dos. **Estudantes com deficiência visual nas aulas de matemática: para todos ou para cada um?.** Boletim Cearense de Educação e História da Matemática, [S. l.], v. 11, n. 31, p. 1–15, 2024.

DOI: 10.30938/bocehm.v11i31.11405. Disponível em:  
<https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/11405>. Acesso em:  
22 out. 2025.